

A SEMANA – 141

John Gledson

No início desta semana, o câmbio do mil-réis contra a libra esterlina caíra abaixo de 10d. (pence, sendo um penny 1/240 de uma libra), o que mereceu um comentário da *Gazeta*, lamentando a deplorável situação financeira do país. Durante a semana, flutuou entre 10d. e 9 7/8d. (isto é, ainda longe dos 8 15/16 imaginados pelo cronista). Era frequente culpar os boatos que corriam no mercado. Ao acusar de passagem os bancos, Machado aponta para uma das razões da crise – os empréstimos imprudentes feitos pelos bancos durante o Encilhamento. Quem quiser saber dos fundamentos da crise, e da situação econômica em geral, deve ler a introdução à edição de Gustavo Franco desta crônica (*A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*, p. 186-187). Entre outras coisas, ele diz que “como era próprio de situações de precariedade política”, o Estado tinha contraído dívidas, obrigações e garantias “em valor fartamente excedente à sua capacidade financeira”.

A inspiração básica para esta crônica, porém, é a carta aberta publicada na quinta-feira desta semana, assinada por um tal F. R., e que reproduzimos na íntegra em nota. Duas coisas parecem ter atraído o sarcasmo do cronista: os “milhões” e “milhares” de libras e de contos de réis, e a crença ingênua no futuro próximo e longínquo, que também lembra as loucuras do Encilhamento; mas sobretudo a ideia de arrendar a estrada de ferro Central, muito cobiçada, nos informa Gustavo Franco, pelos Rothschilds. Neste assunto, debaixo da ironia, Machado compartilha o que o autor da carta chama despectivamente de “melindre nacional”: isto é, acha que esta estrada tão importante – como aliás a Santos-Jundiaí, vendida porém para os ingleses em 1867 – faz parte do patrimônio nacional. Neste sentido, Machado era firmemente, se bem que discretamente, nacionalista (ou anti-imperialista), sendo qual fosse o regime; coisa que se exemplifica no fim da crônica, no louvor ao barão do Rio Branco no seu primeiro

grande sucesso diplomático, e, de passagem, ao pai dele, o visconde, grande admiração de Machado, e chefe do governo que fez passar a Lei do Ventre Livre.



A SEMANA

10 de fevereiro de 1895

[Edição, apresentação e notas por John Gledson]

As pessoas que foram crianças, não esqueceram decerto a velha questão que se lhes propunha, sobre qual nasceu primeiro, se o ovo, se a galinha. Eu, cuja astúcia era então igual, pelo menos, à de Ulisses, achava uma solução ao problema, dizendo que quem primeiro nasceu foi o galo. Replicavam-me que não era isto, que a questão era outra, e repetiam os termos dela, muito explicados. Debalde citava eu o caso de Adão, nascido antes de Eva e de Caim; fechavam a cara e tornavam ao ovo e à galinha.

Esta semana lembrei-me do velho problema insolúvel. Com os olhos, – não nos camarotes da quarta ordem, ao fundo, e o pé na casinha do ponto, como o Rossi,¹ – mas pensativamente postos no chão, repeti o monólogo de Hamlet,² perguntando a mim mesmo o que é que nasceu primeiro, se a baixa do câmbio, se o boato. Se ainda tivesse a antiga astúcia, diria que primeiro nasceram os bancos.³ Onde vai, porém, a minha astúcia? Perdi-a com a infância. A inocência em mim foi uma evolução, apareceu com a puberdade, cresceu com a juventude, vai subindo com estes anos maduros, a tal ponto que espero acabar com a alma virgem das crianças que mamam.

Não citei os bancos e continuei a recitar o monólogo. O enigma não queria sair do caminho. Quem nasceu primeiro? Não podia ser a baixa do câmbio. Esta semana, quando ele entrou a baixar, disseram-me que era por efeito de um boato sinistro; logo, quem primeiro nasceu foi o boato. Mas também me referiram que depois da baixa é que o boato nasceu; logo, a baixa é anterior. Os primeiros raciocinam alegando a sensibilidade nervosa do câmbio, que mal ouve alguma palavra menos segura, fica logo

¹ Ernesto Rossi (1827-1896), ator e dramaturgo italiano, célebre sobretudo pelas suas interpretações dos heróis de Shakespeare. Veio ao Brasil em 1871, e Machado ficou deslumbrado – convertido não seria exagero – a uma adoração do grande dramaturgo, pela atuação, e pelas traduções, mais fiéis que as de Ducis representadas por João Caetano. Escreveu duas apreciações do italiano: “Macbeth e Rossi” [*Semana Ilustrada*, 25 de junho de 1871] e “Rossi – carta a Salvador de Mendonça” [*A Reforma*, 20 de julho de 1871].

² Apesar de não se aplicar diretamente ao caso, sem dúvida refere-se ao famoso “To be or not to be”.

³ Os bancos, e sobretudo o Banco da República Brasileira, estavam em sérias dificuldades pelos empréstimos que fizeram durante o Encilhamento: problema que só foi sanado no fim da década.

a tremer, enfraquecem-lhe as pernas, e ele cai. Ao contrário, redarguem os outros, é quando ele cai que o boato aparece, como se a queda fosse, mal comparando, a própria dor do parto. O diabo que os entenda, disse comigo; mas o problema continuava insolúvel, com os seus grandes olhos fulvos espetados em mim.

Nisto ouço uma terceira opinião, aqui mesmo, na *Gazeta*, uma pessoa que não conheço, e que em artigo de quinta-feira opinou de modo parecido com a minha solução do galo. Quem primeiro nasceu foi o papel-moeda; esse peso morto é a causa da baixa, e uma vez que se elimine a causa, eliminado fica o efeito. O remédio é reduzir o papel-moeda, mandando vir ouro de fora, e, como não seja possível mandá-lo vir a título de empréstimo, “é chegada a oportunidade de vender a estrada de ferro Central do Brasil”.⁴

⁴ Esta carta aberta apareceu com certo destaque na *Gazeta*, com a manchete “PELA PÁTRIA”, no dia 7 de fevereiro. Achei interessante citá-la inteira, em parte para compreender melhor a versão que Machado deu aos seus leitores. Também, explica alguns detalhes da crônica que podem ficar obscuros sem ela – o “resgate” da estrada Santos-Jundiaí em 1897, por exemplo.

Sr. redator. – Quando as dificuldades assediam a pátria, é dever elementar de todo bom cidadão cooperar na medida de suas forças alvitando ideias, expondo novos modos de encarar a situação, porque esta colaboração espontânea e desinteressada, que até pode ser, como faço agora, coberta pelo anonimato, sempre aproveita ao governo que pode acolher muitas vezes o gérmen de uma boa medida.

É fato comezinho que nem sempre veem claro para a solução de um problema científico os que estão diretamente ocupados com o mesmo. Muitas vezes a luz surge de um espectador desprevenido e que calmo contempla o trabalho dos outros. A ordem social não pode fazer exceção a esta regra.

É do domínio público a dificuldade com que luta o governo para conseguir uma melhor taxa cambial. Contava-se que cessasse esta depreciação formidável que nos oprime, logo que o estado de sítio fosse substituído pelo governo do honrado Dr. Prudente. Esta esperança falhou.

É que o tremendo peso morto do papel-moeda tem consigo esta desvalorização.

O remédio, me parece, está naturalmente indicado: reduza-se a soma em circulação. Mas, de que maneira? É claro que devemos nos valer da própria situação cambial, que é a mais favorável para importar o ouro estrangeiro. Como, porém, atrair este ouro? Sob a forma de empréstimo externo é visivelmente impossível, apesar dos boatos. Sob a forma de empréstimo interno? Mas haverá a grita de que o numerário em circulação é indispensável ao comércio. O único meio será importar o ouro estrangeiro.

Afigura-se-me chegada a oportunidade de alienar a estrada de ferro Central. Esta medida impõe-se à meditação do digno presidente da República.

O melindre nacional não pode nem deve sofrer com isto. A estrada continuando nas mãos da administração oficial é ingovernável; será tudo: máquina de revoltas, oficina de *grèves* e motins, merece uma via férrea seriamente dirigida e economicamente administrada.

Demais, se há concessões em grande número feitas com a cláusula de reversão gratuita no fim de dado prazo, por que não aliená-la com igual cláusula?

Destarte o governa liberta-se dos riscos do arrendamento e das dificuldades atuais da administração e assegura a propriedade da linha. É claro que o prazo deverá ser longo. Com esta alienação temporária o governo importaria uma considerável soma de moeda metálica sem gravame e antes com alívio do orçamento.

Dentro de dois anos teremos outra oportunidade feliz para uma nova importação de moeda metálica. É sabido que em princípio de 1897 cabe ao governo o direito de resgatar a estrada de ferro de Santos a Jundiaí, avaliado o seu preço pela renda do último quinquênio e emitindo para pagamento apólices especiais, vencendo, creio eu, o juro de 5%.

Que melhor ocasião terá o governo de realizar um empréstimo sem depender de banqueiros nem de intermediários? Resgata a estrada e paga em apólices especiais. Vende a mesma no estrangeiro e recebe a sua importância em ouro, impondo como no caso da Central a cláusula da reversão gratuita no fim de certo prazo.

A queda que este final do período me fez dar, foi maior que a do câmbio; fiquei a 8 ¹⁵/₁₆. Se o período concluísse pela venda das Pirâmides, da ponte de Londres ou da *Transfiguração*,⁵ não me assombraria mais. Esperava câmbio, papel-moeda, ouro, depois mais ouro, mais papel-moeda e mais câmbio, mas estava tão pouco preparado para a Central do Brasil, que nem tinha arrumado as malas. Entretanto, o artigo não ficou aí; depois da venda da Central, lembra o resgate da estrada de Santos a Jundiaí, em 1897,⁶ venda subsequente, e mais ouro. Em seguida, começam os milhões de libras esterlinas e os milhares de contos⁷ de réis, crescendo e multiplicando-se, com tal fecundidade e cintilação, que me trouxeram à memória os grandes discursos de Thiers, quando ele despejava na câmara dos deputados, do alto da tribuna, todos os milhões e bilhões⁸ do orçamento francês e da aritmética humana.⁹ O câmbio, pelo artigo, não tem

Pela estrada Central não é fora de propósito admitir que o governo facilmente obteria sete a oito milhões esterlinos, mesmo com a cláusula de reversão gratuita no fim de sessenta ou setenta anos.

Para o resgate da S. Paulo Railway, basta dizer-se que o saldo em 1892, ano de safra, foi de £195.129, posta em Londres. Admitamos que a média do quinquênio a findar em 31 de dezembro de 1896 seja £250.000, o que é um máximo.

Nesta hipótese a emissão seria de £5.000.000, o que nos acarretaria um ônus anual de £250.000 para o serviço da linha, exclusive a amortização.

Ora, é claro que, contando com as futuras safras de café, que devem ser enormes à vista das plantações feitas até agora; tendo em vista a provável valorização do nosso meio circulante, não será exagerado admitir o valor venal de £8.000.000 para esta estrada em 1897, pois que, mesmo sem grandes crescimentos dos saldos, este capital encontraria taxa muito superior à que consegue na Europa, e seria facilmente amortizável dentro de sessenta ou oitenta anos.

Assim, pois, Sr. redator, com estas duas estradas de ferro temos ou podíamos ter uma importação de quinze a dezesseis milhões esterlinos nestes dois anos, dos quais sete a oito poderiam entrar nestes três a quatro meses.

Que resgate enorme de papel-moeda poderíamos realizar com estes quinze milhões, que ao câmbio de 12d. representam 300 mil contos, isto é, quase a metade da massa em circulação que a palavra oficial afirmou ser de 700 mil contos?

Um tal resgate importaria em uma taxa cambial de 20 a 24d., que poderia ser obtida lentamente para não se produzir uma crise comercial que seria inevitável se a alta se desse bruscamente e não dentro de alguns meses.

Estarei dizendo algum disparate?

Quero crer que não, e V., em seu melhor critério, avaliará, dando à publicidade o que aí fica ou atirando à cesta dos papéis velhos.

Se for publicado, direi a V. quem é que se assina

F. R.

⁵ Célebre tela, a última de Rafael (1483-1520), que está na Pinacoteca Vaticana.

⁶ Para este resgate hipotético, ver o décimo parágrafo da carta citada na nota 4. A estrada de Ferro Santos-Jundiaí, ou São Paulo Railway, abriu-se ao tráfego em 1867. Foi projetada e financiada pela iniciativa do barão de Mauá, que entretanto teve que vendê-la nesse ano a interesses ingleses. Machado se refere a este resgate “futuro”.

⁷ Na *Gazeta* está “de contos de contos”, erro provável, embora possivelmente “conto” signifique “mil vezes mil”: isto é, mil vezes mil contos”. Aurélio corrige silenciosamente eliminando a repetição: “os milhares de contos de réis”. Também pode ser que Machado tenha escrito “os milhares de contos e contos de réis”.

⁸ Assim na *Gazeta*. Aurélio tem “bilhões”, forma de fato menos correta.

⁹ Adolphe Thiers (1797-1877), político e historiador francês, presidente da França de 1871 a 1873, de longa carreira, figura central da política francesa durante todos os regimes, famoso entre outras coisas pela repressão da Comuna em 1871, e pela restauração econômica do país depois da Guerra Franco-Prussiana de 1870. Durante os primeiros anos da República, de 1871 em diante, ficou célebre na França e fora dela pela

outro remédio senão subir a 20 e a 24; não logo, logo, mas devagar, para o fim de não produzir crises. Acaba-se a baixa, e resolve-se o problema.

O conhecimento que tenho de que a economia política não é a particular, impede-me dizer que também eu recebo, não milhões, mas milhares de réis, e, se não há deselegância em comparar o braço humano ao trilho de uma estrada de ferro, e a cabeça a uma locomotiva, dão-me esse dinheiro pela minha Central; mas tão depressa me dão, como me levam tudo, visto que o homem não vive só da palavra de Deus, mas também de pão, e o pão está caro. A economia política, porém, é outra coisa; ouro entrado, ouro guardado. Por saber disto é que não me cito; além de quê, não é bonito que um autor se cite a si mesmo.

Há só uma sombra no quadro cintilante do câmbio alto pelo ouro entrado. É que o Congresso Nacional resolveu, por disposição de 1892, examinar um dia se há de ou não alienar as estradas federais, todas ou algumas, ou se as há de arrendar somente, ou continuar a trafegá-las; e, porque não se possa fazer isso sem estudo, ordenou primeiro um inquérito, que o governo está fazendo, segundo li nas folhas públicas, há algumas semanas. A disposição legal de que trato, arreda um pouco a data dos deslumbramentos cambiais, e pode ser até que quando a União tiver resolvido transferir ao particular alguma estrada, já o câmbio esteja tão alto, que mal se lhe possa chegar, trepado numa cadeira. Não digo trepado num banco, para não parecer que faço trocadilho, – *cette fiente de l'esprit, qui vole*, – como se dizia em não sei que comédia do Alcazar.¹⁰

Ao demais, o Congresso não tinha em vista o câmbio, e menos ainda o desta semana. E, francamente, – sem tornar ao problema da anterioridade do câmbio ou do boato, – quem é que pode com o primeiro destes dois amigos? Contaram-me que na quinta-feira, tendo a alfândega suspenso o serviço e fechado as portas, em regozijo da solução das Missões,¹¹ lembrou-se um inventivo de dizer que a causa da suspensão e do

sua habilidade em lidar com os detalhes do orçamento. Quando da sua morte, Machado escreveu sobre ele em termos elogiosos, na crônica de 15 de setembro de 1877. Era também uma grande referência para os políticos brasileiros, como se comprova do conto “Evolução”, onde Benedito marca uma passagem de um artigo sobre “Erro de Thiers sobre caminhos de ferro”.

¹⁰ Possivelmente por razões de “decência”, Machado cita isto em francês, porque “fiente” significa “excremento de pássaro”, e a frase, “este excremento do espírito, que voa”. São palavras de Victor Hugo (1802-1885), de *Les Misérables* (1862), livro 3, cap. VII, e vale a pena citar mais um pouco da fonte, para dar o contexto. Diz Hugo: “Le calembour est la fiente de l'esprit qui vole. Le lazzi tombe n'importe où; et l'esprit, après la ponte d'une bêtise, s'enfonce dans l'azur. Une tache blanchâtre qui s'aplatit sur le rocher n'empêche pas le condor de planer. Loin de moi l'insulte au calembour!” [O trocadilho é o excremento do espírito, que voa. A piada cai não importa onde; e o espírito, depois de pôr uma asneira qualquer, some no azul. Uma mancha mais ou menos branca que se achata sobre a rocha não impede o condor de planar. Longe de mim insultar o calembur!] É possível que Machado fizesse a atribuição a “não sei que comédia do Alcazar” porque não se lembrava de onde lera a frase, mas não queria deixar sem uma atribuição qualquer. É interessante que se lembrasse da frase fora do contexto, um pouco talvez pela própria ousadia. Para o teatro do Alcazar, ver crônica de 23 de setembro de 1894 (121), nota 5.

¹¹ A Questão das Missões (mais propriamente “Questão de Palmas”) foi o primeiro grande triunfo do barão do Rio Branco na diplomacia. A área em disputa, entre a Argentina e o Brasil, corresponde ao interior do atual estado de Santa Catarina. A Argentina considerava a fronteira nos rios Chopim e

fechamento era a revolução que ia¹² sair à rua.¹³ O câmbio esfriou, como se estivesse na Noruega, e caiu.

E em que dia, Deus de paz e de conciliação! No próprio dia em que uma sentença final e sem apelação punha termo à nossa velha querela diplomática. Quando nos alegrávamos com a vitória, e repetíamos o nome do homem eminente, Rio Branco, filho de Rio Branco,¹⁴ a cuja sabedoria, capacidade e patriotismo confiáramos a nossa causa, é que o câmbio desmaia ao primeiro dito absurdo. Não, não creio na anedota; a prova é que a alfândega já reabriu as portas, e o câmbio continua baixo. Por S. Crispim e S. Crispiniano,¹⁵ metam-lhe uns tacões debaixo dos pés!



Chapecó, ao passo que o Brasil a considerava, na forma fixada em 1750, nos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Antes da proclamação da República, ambos os países concordaram que a disputa seria solucionada por arbitramento. Entretanto, em 1890, Quintino Bocaiuva fez um acordo que dividia a área entre os dois países. O congresso brasileiro não aceitou esta solução, e a questão foi submetida ao arbitramento do presidente americano, Grover Cleveland. Escolhido por Floriano em 1893 para advogar a favor do Brasil, Rio Branco submeteu uma documentação extensa ao presidente, que resultou numa decisão favorável ao Brasil.

¹² Na *Gazeta*, está “ir”, erro já corrigido por Aurélio.

¹³ Pode ser que o cronista não se refira a nada em particular ao falar de revolução – no mínimo, está sendo irônico. Porém, é bom notar que em janeiro e fevereiro houve desordens na rua do Ouvidor, em que participaram alunos da Escola Militar. Na sua coluna “Cousas políticas”, na *Gazeta* de 4 de fevereiro, Ferreira de Araújo ataca o manifesto antigoverno que alguns alunos da Escola publicaram n’*O Paiz* na semana anterior.

¹⁴ José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), barão do Rio Branco, o mais famoso diplomata brasileiro. Filho de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco (1819-1880), uma das figuras mais importantes do Império, e uma grande admiração de Machado, sentimento que estendeu ao filho, com quem teve uma relação respeitosa embora distante.

¹⁵ Crispim e Crispiniano são os santos padroeiros dos sapateiros.